

Reforço para as contas externas

O governo está agindo em duas frentes para reduzir o desequilíbrio das contas externas e dissipar, em pouco tempo, as preocupações causadas pelo déficit comercial. Foram anunciadas providências para estimular as vendas ao Exterior, como o Seguro de Crédito à Exportação (SCE). O presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, assinou anteontem o decreto que regulamenta o seguro. No mesmo dia, o Banco Central (BC) oficializou medidas para atrair capital estrangeiro e baratear o crédito à produção. Essas medidas devem fortalecer a confiança dos mercados e, ao mesmo tempo, servem para reafirmar que a política de câmbio vai ser mantida.

As providências mais importantes devem ser as de apoio à exportação. O seguro de crédito, segundo o ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, Francisco Dornelles, deverá cobrir, já em 1997, negócios no valor de US\$ 2,5 bilhões. Além disso, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) voltou a prometer, com aval do presidente da República, programas de financiamento a exportadores. Programas desse tipo, em alguns casos, podem ser a condição para a

sobrevivência de indústrias importantes. O problema, porém, tem sido menos o volume de recursos disponíveis que a eficiência no repasse. Centenas de milhões de reais oferecidos pelo BNDES não têm chegado aos empresários, porque a intermediação, dependente da rede bancária, não tem funcionado. Problema parecido tem ocorrido com as linhas da Agência Especial de Financiamento (Finame), com desembolsos menores neste ano que em 1995. O presidente deveria cobrar, logo, resultados também nessa área. Se a intermediação hoje utilizada não serve, procure-se outra solução. Iniciativas concretas são sempre melhores que desculpas. No setor privado, pelo menos, quem adota esse princípio obtém resultados melhores. Na outra frente, o objetivo é reforçar o financiamento estrangeiro. Com isso, deve ficar ainda mais fácil cobrir o déficit em conta corrente, maior do que o governo havia projetado. A causa principal é o déficit comercial crescente — problema que, como vimos, o governo está enfrentando com



medidas concretas de estímulo às exportações. Para estimular o ingresso de capitais, o BC anunciou a redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), comprometeu-se a remunerar créditos captados e não repassados a empresas e, finalmente, autorizou a venda de debêntures conversíveis em ações a fundos de investimento estrangeiros. A decisão de baixar o imposto representa, de certa forma, um recuo. O

BC vinha procurando, a partir do ano passado, conter o ingresso de aplicações em títulos de renda fixa, especialmente as de prazo mais curto. A entrada crescente de investimentos diretos facilitou a aplicação dessa política. Neste ano, esses investimentos têm financiado mais de 40% do déficit em conta corrente. No ano passado, essa participação ficou em 20%. Com as novas medidas, o BC volta a estimular, porém, o uso do endividamento como forma de financiar as contas externas e de manter bom volume de reservas. Antes dessas medidas, o BC já havia afrouxado certos controles. Empresários que haviam negocia-

do Antecipações de Contrato de Câmbio (ACCs), mas não haviam embarcado a mercadoria no prazo, ganharam mais tempo para cumprir a obrigação. Mais que no ingresso de capitais, é na expansão das exportações que o governo deve concentrar atenção. Manter o fluxo de recursos é questão de segurança, até porque bom volume de empréstimos, provavelmente mais de US\$ 3 bilhões,

deverá vencer no próximo ano. As novas condições poderão facilitar, segundo se espera, a renovação de operações financeiras do tipo 63.

É bom garantir o financiamento externo, mas fortalecer a exportação é bem mais importante

Segurança duradoura, porém, não só para o balanço de pagamentos, mas também para a manutenção e a criação de empregos, só se alcança com o fortalecimento da produção e do comércio. Isso envolve um grande conjunto de políticas para aumentar a competitividade. O governo, porém, tem sido muito mais ágil nas decisões financeiras do que no manejo das políticas industrial e comercial. É preciso agilidade igual nos dois tipos de ação.